

Os impressos e as formas de lembrar: memórias produzidas sobre o jornal *Conciliador*, Maranhão, 1821-1823¹

Marcelo Cheche Galves

Universidade Estadual do Maranhão

Resumo

O artigo trata do início da imprensa na província do Maranhão, em 1821, com a publicação do jornal *Conciliador*. No âmbito das expectativas geradas pela Revolução do Porto, uma intensa movimentação política pode ser apreendida a partir de abaixo-assinados, eleições, câmaras gerais e circulação de impressos. Este último aspecto remetia às questões do controle da palavra e das leituras constitucionais presentes naquele momento. Também contempla uma discussão historiográfica sobre o tema, com ênfase nas formas como os “primórdios” da atividade impressa foram revisitados a partir de tempos e interesses distintos, produzindo memórias díspares, aqui confrontadas.

Palavras-Chave: Imprensa; memória; Historiografia.

Abstract

This article focus on the beginning of the press in Maranhão province in 1821, with the publication of a newspaper named *Conciliador*. In the midst of the expectations generated by the Port revolution, an intense political surge can be seen on lists of signatures, elections, general chambers and on the broad circulation of printed material. The latter referred to issues of speech control and constitutional readings. The article also brings a historiographical debate, emphasizing the approaches towards the beginnings of the press activity, which produced various memories.

Keywords: Press; memory; Historiography.

¹ Uma versão inicial deste texto foi publicada sob o título de *Imprensa, historiografia e memória: Conciliador, Maranhão, 1821-1823* nos Anais do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural: memória, cultura e identidade, realizado na Universidade Federal do Piauí, em 2010.

No dia 15 de abril de 1821, circulou, manuscrito², o primeiro número do jornal *Conciliador*, folha ludovicense que se tornaria um dos jornais mais longevos dos primeiros anos da imprensa em território luso-brasileiro. Bissemanal, veio a público em 212 edições, até o final de julho de 1823.

Às pressas, o jornal foi criado em decorrência da “adesão” do Maranhão à Revolução do Porto, oficializada no dia 6 de abril de 1821. Seus redatores – o padre José Antonio da Cruz Ferreira Tezo (“padre Tezinho”) e Antonio Marques da Costa Soares, eram figuras vinculadas à administração de Pinto da Fonseca (1819-1822), militar forjado no *ancien regime*³ e que se esforçava agora para apresentar-se como constitucional. Na construção de uma nova legitimidade, Pinto da Fonseca subsidiou uma folha que improvisou, com sucesso, a defesa de práticas constitucionais estranhas à trajetória de seus propagadores.

Em quase trinta meses de circulação, o jornal participou ativamente da vida política provincial. No âmbito interno, o *Conciliador* constituiu-se como ingrediente das divergências políticas potencializadas pela Revolução do Porto e que se acirraram no decorrer dos anos seguintes, opondo “constitucionais” e “facciosos”, ambos defensores da permanência dos vínculos entre o Maranhão e Portugal; quanto aos movimentos mais amplos articulados às possibilidades abertas pelo vintismo português, acompanhou com apreensão as notícias que chegavam do Rio de Janeiro – a partir de meados de 1822, sobre os desentendimentos entre a Regência e as Cortes, que culminariam com a Independência do Centro-Sul. Nos primeiros meses de 1823, momento em que tropas independentistas vindas do Ceará e do Piauí bateram às

² Com a criação da Tipografia Nacional do Maranhão, em novembro de 1821, o *Conciliador* passou a ser impresso. Dos 34 números manuscritos, foram impressos posteriormente os 8 primeiros.

³ Pinto da Fonseca pertencia a uma família de militares. Lutou contra os franceses na Península Ibérica e, posteriormente, participou das campanhas no Prata. Chegou ao Maranhão em 1819 e presidiu a província até fevereiro de 1822. De volta a Portugal, recebeu títulos e cargos, após o restabelecimento dos poderes de D. João VI, em 1823. Cf. Luís Antônio Vieira da Silva (1972, p. 58-60).

portas da província⁴, assumiu o papel de organizador da resistência, propondo uma série de medidas de contenção dos “invasores”.

Diante dos laços econômicos e políticos que os comerciantes da província mantinham com a metrópole e do receio entre os produtores de uma insurreição escrava⁵, os principais grupos políticos da província mantiveram o apoio a Portugal até junho/julho de 1823, momento em que as regiões de Itapecuru e São Luís, respectivamente, “aderiram” ao Império. Parto da premissa de que essa gradativa “adesão” constituiu-se como uma estratégia para que estes grupos preservassem as lavouras de algodão, a propriedade escrava, as redes de comércio constituídas e, quiçá, o poder político.

Porta-voz de setores do comércio e da agricultura, o *Conciliador* manteve-se “português” até o seu fechamento. Na última edição localizada (nº 210, 16/7/1823)⁶, o jornal anunciou com entusiasmo a chegada, dois dias antes, de navios portugueses a São Luís. Fugidas da Bahia, essas tropas renovaram as esperanças de resistência e suscitaram o cancelamento da Câmara Geral, marcada para o mesmo dia, que decidiria sobre a vinculação do Maranhão ao Rio de Janeiro, efetivada apenas no final daquele mês.

Fechado o jornal e confirmada a Independência, caberia ao *Conciliador* a pecha, construída ao longo dos oitocentos, de “virulento” e “antinacional”, ideia vigorosa nas interpretações que atravessaram também os novecentos e que supôs a existência de um Brasil progressivo, nação una que se opôs à lusitana desde, pelo menos, a Revolução do Porto (1820).

⁴ É importante ressaltar que a “adesão” em julho de 1823 ocorreu em um momento de duplo cerco à província: por terra, as referidas tropas já ocupavam a região de Itapecuru; por mar, a esquadra comandada pelo almirante Cochrane desembarcou em São Luís no dia 26.

⁵ O medo de uma insurreição escrava no Maranhão emerge da documentação produzida no período. Veja Mathias Rohrig Assunção (2005, p. 345-378) e Marcelo Cheche Galves (2010, p.144-169).

⁶ Essa edição é a última que consta do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca Pública Benedito Leite, no Maranhão. Contudo, o livro de Luís Antonio Vieira da Silva (1972, p.125) traz uma cópia da primeira página da edição nº 212, de 23 de julho de 1823, o que revela a circulação do jornal até a semana da “adesão”.

Perante tais sentenças e em direção oposta, este texto objetiva recuperar a construção de uma história/memória da província que se compôs ao lado de uma história pátria, também em processo de edificação, e que elegeu o *Conciliador* como um dos “vilões” que justificariam o “atraso” do Maranhão com relação à Independência, oficializada em 28 de julho de 1823.

O *Conciliador* como memória

Primeiro fruto da imprensa periódica no Maranhão, essa folha [o *Conciliador*] foi o facho de discórdia que para logo dividiu brasileiros e portugueses em dois campos inimigos, não poupando sarcasmos e injúrias contra aqueles que presumia afetos à causa da independência (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 73).

A imagem difundida por Luís Antônio Vieira da Silva, em 1862, de um jornal “português”, promotor da discórdia e escrito por redatores de caráter duvidoso, foi incorporada pela maioria dos trabalhos sobre a Independência e a imprensa no Maranhão, sem uma análise mais detida dos conteúdos veiculados pelo jornal⁷. Mais que isso, com base em certa leitura de Vieira da Silva sobre o *Conciliador*, esses autores adotaram a premissa do binômio “brasileiros” *versus* “portugueses” como explicação para a Independência do Maranhão, tese devidamente refutada, no âmbito geral, pelos trabalhos de Iara Lis F. S. Carvalho Souza (1999) e Gladys Sabina Ribeiro (2002), entre outros.

Referência obrigatória sobre a “parte” do Maranhão nas sínteses nacionais, de Varnhagen a José Honório Rodrigues, a obra de Vieira da Silva ofereceu subsídios para definições do *Conciliador*. Varnhagen (1938, p. 504), mais comedido, limitou-se a observar que o jornal “não correspondeu, por certo, ao seu nome”; enfático, José

⁷ Ressalte-se a permanência da perspectiva de Vieira da Silva, presente em autores ao longo dos novecentos. Veja Dunshee de Abranches (1970, p. 7); Mário Meireles (1972, p. 58); Maria Isterlina Mello Pereira (1982, p. 45; 2001, p. 33); Clóvis Ramos (1986, p. 18); e Sebastião Jorge (1987, p. 22; 2000, p. 19).

Honório Rodrigues (1975, p. 106, v. 4) disparou: “abjeto jornal *Conciliador*, antibrasileiro, e pró-Portugal”. Também nas obras de compilação da história da imprensa no Brasil, coube ao *Conciliador*, com base em Vieira da Silva, a imagem de um jornal com “orientação indefectivelmente áulica, servindo com fúria os interesses portugueses” (SODRÉ, 1977, p. 67).

Embora tais referências ao *Conciliador* estejam atreladas ao livro de Vieira da Silva, é importante destacar que o autor difundiu uma ideia presente desde os primeiros anos da Independência, mas que só então tomava corpo. Em 1856, Francisco Sotero dos Reis afirmara sobre o *Conciliador* que “assim, principiámos a conhecer esta bela instituição [a imprensa] pelo abuso que dela se fez” (REIS, 1856, s/n apud VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 357). Décadas antes, no calor das indefinições que agitavam a província nos primeiros anos do Império, o prospecto do jornal *O Amigo do Homem*, de setembro de 1824, estampava que “os redatores do *Conciliador* não desempenharam o título de seu periódico, que se tornou incendiário” (apud *Censor*, nº 1, 24/1/1825, p. 4).

Porém, o momento da escrita de Vieira da Silva parecia propício às acusações contra os “inimigos portugueses”. A versão saquarema da Independência, centrada na estabilidade da transição e no peso do legado português perdia fôlego na historiografia brasileira e começava a ser contraposta por uma versão liberal⁸, mais calcada na ideia de ruptura (COSTA, 2005, p. 53-118). De certo modo, o livro de Vieira da Silva expressa esta transição: por um lado, aproximou-se de uma orientação moderada praticada por autores ligados ao IHGB⁹, de críticas pontuais à ex-metrópole, mescladas a elogios quanto ao seu legado (WEHLING, 1994, p. 166); por outro, abriu caminho para uma história da Independência da província centrada nos conflitos que antecederam a

⁸ No momento de escrita do livro, era deputado geral, cargo que ocupara por três mandatos (1861-1871). Posteriormente, foi senador (1871-1889). Entre 1869 e 1870, presidiu a província do Piauí. Para uma análise da obra no tempo, veja Marcelo Cheche Galves (2010, p. 13-34) e Felipe Ucijara Guimarães Mendes (2010, p. 18-42).

⁹ Sócio do Instituto, compartilhava os esforços dos demais sócios em construir uma escrita nacional, como destacado no discurso célebre de Januário da Cunha Barbosa, nas origens do Instituto, dirigido aos “brasileiros esclarecidos de todas as províncias”, cuja tarefa era a de fixar uma memória nacional (BARBOSA, 1839, p. 10-11).

“adesão” e que também se fizeram presentes na reorganização política do pós-Independência.

Tais perspectivas, mesmo temperadas com a moderação que caracterizava o autor, puseram em rota de colisão “portugueses” e “brasileiros”¹⁰, identidades confusas em sua obra, e que ganham seus primeiros contornos a partir do recorrente argumento da “truculência” das Cortes portuguesas, gradativamente deslocada de “constitucional” para “tirânica”.

Inicialmente, as Cortes teriam tomado medidas civilizadoras, como a liberdade de imprensa e, um de seus efeitos, a autorização para a instalação de uma tipografia no Maranhão, desejo concretizado em novembro de 1821. Ao governador Pinto da Fonseca, responsável pela criação da Tipografia Nacional do Maranhão, dedicou as seguintes palavras:

(...) o Governador provisório mandara vir de Lisboa, convencido pela experiência dos povos cultos, de que a liberdade de imprensa é o paládio dos Governos constitucionais e livres pela discussão, pelo derramamento das ideias sãs e verdadeiras, pelo fortalecimento da opinião pública (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 55)¹¹.

Porém, a dissonância entre as decisões das Cortes e os “desejos brasileiros” e a defesa, nas páginas do *Conciliador*, da manutenção do Maranhão junto ao Império português, mesmo após as notícias de Independência do Centro-Sul, aproximaram, aos olhos do autor, os “portugueses” dos dois hemisférios.

Se Vieira da Silva saudou a tipografia como uma medida constitucional, não poupou sua principal impressão, tampouco os responsáveis por ela. O padre Tezinho foi lembrado por sua “satírica mordacidade”; já Antonio Marques da Costa Soares, por seu “caráter violento” (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 73).

¹⁰ Termos tomados aqui como construções políticas que refletiam interesses e projetos sociais e econômicos mais amplos, sem serem concebidos de antemão ou reduzidos à questão do local de nascimento, prática comum à historiografia que identificou “sentimentos nacionais” a partir da instituição das Cortes de Lisboa ou até mesmo antes dela. Veja Gladys Sabina Ribeiro (2002) e Robert Rowland (2003, p. 365-388).

¹¹ Nos oitocentos, outros autores acompanharam este raciocínio de Vieira da Silva. Veja, por exemplo, César Augusto Marques (1878, p. 221).

Ambos os redatores eram velhos conhecidos da política provincial. No melhor estilo dos clérigos que atuavam no Brasil no início do século XIX¹², Tezinho se envolveu em atividades diversas, acumulou atribuições religiosas, jornalísticas e mercantis, foi proprietário de um botequim, uma casa de bilhar e uma botica¹³. Na última, onde era vendido o *Conciliador*, promovia reuniões políticas que contavam com a presença dos “portugueses” de melhor situação social da cidade (ABRANCHES, 1970, p. 7). O major José Loureiro Mesquita, um dos opositores de Pinto da Fonseca nos tempos da “adesão” à Revolução do Porto, denunciou a casa do padre Tezinho como local em que até as duas ou três horas da noite se articulavam “planos de traição e aleivosia, métodos de suborno e elaboração de pasquins” (MESQUITA, 1821, p. 18). Em janeiro de 1823, Tezinho elegeu-se como um dos deputados maranhenses para a segunda legislatura das Cortes portuguesas, projeto abortado pelo restabelecimento, meses depois, dos plenos poderes do monarca, que dissolveu as Cortes. Ainda assim, sua eleição pode ser vista a partir da importância que o jornal ganhara na vida política provincial, especialmente se considerarmos o fato de Tezinho ter sido eleito pelo distrito de Caxias, região distante da capital São Luís, onde residia, mas que contava com um significativo número de leitores do jornal: dos 443 assinantes localizados, mais de 30% identificaram-se como moradores da região de Caxias (GALVES, 2010, p. 137-138)¹⁴.

Quanto a Costa Soares, era homem de confiança de Pinto da Fonseca. Além de redator do jornal, era secretário do governo, diretor da Tipografia e o responsável pelas peças encenadas no Teatro União - chamado de “Nacional” pelo *Conciliador*. Em abaixo-assinado encaminhado a D. João VI no final de 1821, 65 maranhenses denunciaram as nebulosas relações mantidas entre o governador e o redator:

¹² Guilherme Pereira das Neves (1997, p. 167-220) definiu como “inserção indiferenciada na vida social” a atuação dos clérigos no Brasil das primeiras décadas do XIX. Para o autor, esses religiosos não se distinguiram de suas ovelhas, compartilhando seus comportamentos, o que poderia ser comprovado pela dificuldade de manutenção do celibato e pelo frequente envolvimento em negócios.

¹³ Para as atividades mercantis do padre Tezinho, veja César Augusto Marques (1888, p. 167-220).

¹⁴ Utilizei como referência as listas nominais disponibilizadas pelo jornal nas edições nº 39, 56, 97, 167 e 190.

Tão prodígio é este governador pelos fundos públicos e ávido de lisonja, que tem feito pagar 50\$000 por mês a Antonio Marques Costa Soares, um dos redatores ostensivos deste abjecto periódico, além de o ter criado Oficial Maior da Secretaria do Governo com ordenado, logo que se fechou o Teatro desta cidade, no qual era tradutor e ao mesmo tempo ensaiador dos cômicos, e tudo em remuneração aos nauseantes elogios, e hinos a este general, que fez representar e cantar no dito Teatro, depois do dia 6 de abril, enquanto aberto, e pelas adulações publicadas no mencionado periódico (*IHGB*, lata 400, pasta 10, p. 1-2).

Em julho de 1823, sozinho à frente da redação¹⁵, Costa Soares participou dos últimos movimentos de resistência à “adesão”. Em 15 de setembro, por decisão da Câmara Geral, foi expulso sob a acusação de “português nocivo à província” (*Arquivo Nacional*, Fundo Diversos 2H, caixa 741A).

É importante salientar que as acusações contra os “portugueses” ligados à imprensa provincial ocorriam num momento também de construto de uma imprensa nacional, “filha” da emancipação política e decorrente de “intelectuais patriotas”, como Odorico Mendes, fundador em 1825 do jornal *Argos da Lei*: “primeiro periódico maranhense dirigido por um brasileiro”, como gostava de lembrar.

Pouco mais de uma década após o livro de Vieira da Silva, Antônio Henriques Leal (1873)¹⁶ publicava os dois primeiros volumes de *O Pantheon Maranhense*, série de biografias sobre os “maranhenses ilustres já falecidos”. Não por acaso, o primeiro biografado fora Odorico Mendes, assim laureado:

(...) foi entre nós o iniciador do bom gosto literário e do esmerado cultivo da vernaculidade e das letras clássicas. É sem contestação a esse benéfico e vigoroso impulso, que deve o Maranhão o primar neste ponto às suas irmãs, e merecer de alguns escritores o mui lisonjeiro epíteto de Atenas brasileira (LEAL, 1987, p. 9)¹⁷.

¹⁵ Em abril, o padre Tezinho deslocara-se para Portugal com o intuito de tomar assento no parlamento português. Frustrada tal tentativa, regressou ao Maranhão, provavelmente, em 1824.

¹⁶ Curiosamente, Leal escrevera o prefácio da obra de Vieira da Silva.

¹⁷ O autor refere-se basicamente à trajetória literária de Odorico Mendes. Além de atuar em jornais do Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo, traduziu para o português a *Iliada* e a *Odisséia*, de Homero; *Merope* e *Tancredo*, de Voltaire; e a *Eneida*, base para a construção do epíteto de “Virgílio Brasileiro”.

Jornalista, literato e patriota¹⁸. A tríade difundida por Leal¹⁹ transformou Odorico Mendes também em “fundador” da imprensa maranhense. Noutro texto (GALVES, 2011, p. 398-418), me propus a recuperar uma historiografia sobre Odorico Mendes – de João Francisco Lisboa (1862) a Antonio Lopes (1959), cujo principal traço é a recorrente fusão entre suas virtudes literárias e o denodo patriótico, tomados como aspectos indissociáveis de sua personalidade. Nesse construto - em que pese o fato de pelo menos três jornais antecederem ao *Argos: o Conciliador* (1821-1823), a *Folha Medicinal* (1822) e a *Palmatória Semanal* (1822), o início da imprensa maranhense foi sequestrado pelo Estado-Nação: por essa lógica, a primeira só pôde “verdadeiramente existir” a partir da aparição de grandes homens, postos a serviço do segundo.

Nessa historiografia, paradoxalmente ao caráter “civilizatório” da instauração da tipografia, construiu-se um curioso contraponto na sua fase “pré-nacional”: o convívio com o “barbarismo” que teria marcado a sua primeira expressão, o jornal *Conciliador*. Às origens, no pré-Independência, relegou-se a detração e a inferioridade, em comparação ao porvir. Ao “facho de discórdia”, Antônio Henriques Leal e seus seguidores contrapuseram “jornalistas patriotas”, homens “despojados de maiores interesses” e que, se por vezes ocuparam o terreno da injúria e da discórdia, fizeram-no para defender a sua honra e a da pátria.

Antonio Lopes, um dos maiores representantes dessa tradição no século XX, expõe com clareza os elementos que balizam certa memória da imprensa maranhense:

Na sua maioria assinalam-se os jornalistas maranhenses como família intelectual bem distinta na história da imprensa e da literatura brasileira, pelas qualidades literárias da sua prosa, vernaculidade de linguagem e riqueza de cultura. Erraria, porém, quem esquecesse outros dos predicados dos nossos periodistas. É que ninguém se lhes avantajou em dedicação à causa pública, mais

¹⁸ Odorico regressou de Coimbra no final de 1824, portanto, não participou dos principais embates relacionados à Independência. Sua imagem de “patriota” deve muito aos seus ataques, nos prelos e no parlamento, aos “portugueses”, sempre associados a noções como “opressão” e “projetos recolonizadores”.

¹⁹ A primeira biografia sobre Odorico Mendes foi escrita por João Francisco Lisboa, em 1862. Para as articulações entre os escritos de Lisboa e de Leal sobre Odorico Mendes, veja Marcelo Cheche Galves (2010, p. 246-247).

de uma vez até ao sacrifício da própria vida, nem na exata inteligência da ética de uma função social... (LOPES, 1959, p. 39).

Escritas quase um século após a publicação de *O Pantheon*, mas tributárias desta obra, as palavras acima apresentam pares reveladores de suas premissas: maranhense / brasileiro (e o português?); jornalismo / distinção intelectual; e causa pública / sacrifícios pessoais.

Considerações finais

O desenvolvimento atual dos estudos sobre a transição política no mundo luso-brasileiro²⁰ tem oferecido caminhos profícuos para o desmonte de alguns raciocínios e a propositura de outros, a saber: 1) A distinção entre Independência, Estado e Nação, instâncias que se relacionam, mas não se confundem, forma de evitar, por exemplo, que “causas nacionais” sejam vislumbradas para momentos em que a ideia de “nação” sequer existe; 2) A importância da imprensa como ingrediente das dinâmicas políticas provinciais e componente de um circuito (MOREL, 2005)²¹ cujos elementos são fundamentais para a compreensão dos espaços públicos de representação política, delineados naquele momento; 3) Um olhar mais atento para as “pessoas comuns” envolvidas nas querelas, o que também significa “tornar comuns” personagens historicamente sacralizados: como ensina Benedict Anderson (2008, 35-70), a noção de “comunidade nacional” tem profundas raízes religiosas. Se gradativamente os estados foram laicizados, as nações não prescindiram de uma dimensão cívico-religiosa a estruturá-las; 4) Por fim, uma questão mais abrangente e que não se atém a esses estudos: a compreensão da historiografia como lugar de memória, envolta em disputas por sua inscrição, construtos e supressões.

²⁰ A produção é farta, mas pode ser visualizada no balanço produzido por João Paulo Garrido Pimenta (2008, p. 76-132).

²¹ O autor fundamenta-se na compreensão da imprensa, no início do oitocentos, como mecanismo de participação política, interligado a outros elementos pouco vinculados à palavra impressa. Tomo o conceito como sinônimo de articulação entre fragmentos que dão inteligibilidade ao universo de produção e circulação de palavras e sentidos.

Ative-me a esse último aspecto para a produção deste texto. Com relação às outras observações, e voltando ao objeto da pesquisa, ressalto a importância de revisitar os documentos, também como forma de pensar a maneira como foram lidos no tempo. Num olhar atual sobre o *Conciliador* (GALVES, 2010, p.95), propus alguns encaminhamentos para novos estudos sobre esse momento da imprensa maranhense, aqui sintetizados: 1) Recuperar, a partir do exame dos conteúdos assinados pelos redatores do jornal, ou patrocinados pelos membros da administração pública e do Corpo de Comércio e Agricultura da província, a dinâmica da movimentação política pós-Revolução do Porto e os desdobramentos provocados pela Independência da região Centro-Sul, atribuindo sentidos e historicidade ao que foi compreendido como “caráter português” do jornal; 2) Pensar o “facho de discórdia” a partir das interlocuções mantidas pelo jornal em meio à construção de um espaço público balizado por esboços de representação política e de expressão pública de opiniões: cartas de leitores, abaixo-assinados, folhetos, jornais publicados em outras localidades e pasquins afixados em locais públicos, contrapostos às posições defendidas pelo jornal, no intuito de apreender os principais debates que moveram a província, entre abril de 1821 e julho de 1823.

Seguramente, esses e outros caminhos produzirão novas memórias historiográficas, a serem desmontadas e reapropriadas por outros fazeres. Deste eterno recontar, nos nutrimos.

Referências

1. Documentos

1.1 Manuscritos

a) Arquivo Nacional – RJ

Coleção/Fundos: Diversos (2H)

Ata da Câmara Geral de 15/9/1823, cx 741 A, pct 24,49.

b) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao Rei. Abaixo-assinado dos cidadãos da província do Maranhão. Coleção Instituto Histórico. Lata 400, pasta 10, doc. 2.

1.2 Impressos

a) Folhetos

MESQUITA, José de Loureiro. *Manifesto de todos os acontecimentos e causa da Revolução da Província do Maranhão concluída em 6 de abril de 1821. Para servir de justificação aquelles que foram injustamente presos e perseguidos pelo despótico Governador daquela Província Bernardo da Silveira Pinto*. Lisboa: Imprensa de Alcobia, 1821. BN, Seção de Obras Raras.

b) Jornais

(O) Argos da Lei - MA (1825)

(O) Censor - MA (1825-1830)

(O) Conciliador - MA (1821-1823)

2. Referências bibliográficas:

ABRANCHES, Dunshee de. (1931) *A setembrada*. A revolução liberal de 1831 em Maranhão. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1970.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. Miguel Bruce e os 'horrores da anarquia' no Maranhão (1822-1827). In: JANCSÓ, Istvan (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec - Fapesp, 2005, p. 345-378.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1 (1), 1839, p. 9-18.

COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec - Fapesp, 2005, p. 53-118.

GALVES, Marcelo Cheche. *"Ao público sincero e imparcial": Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)*. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

_____. *Os percursos da memória: construções biográficas sobre Odorico Mendes e Garcia de Abranches*. COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche (orgs). Maranhão: ensaios de biografia e história. São Luís: Café e Lápis / Editora UEMA, 2011, p. 398-418.

JORGE, Sebastião. *Os primeiros passos da Imprensa no Maranhão (1821-1841)*. São Luís: PPG / EDUFMA, 1987.

_____. *Política movida à paixão: o jornalismo polêmico de Odorico Mendes*. São Luís: Departamento de Comunicação Social da UFMA, 2000.

LEAL, Antônio Henriques. (1873) *O Pantheon Maranhense*. Ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. 2 ed. São Luís: Editorial Alhambra, 1987, tomo I.

LISBOA, João Francisco. (1862) *Manuel Odorico Mendes, biografia*. In: OBRAS DE JOÃO FRANCISCO LISBOA. 3 ed. São Luís: Alumar, 1991, v. IV (Coleção Documentos Maranhenses).

LOPES, Antônio. *História da imprensa do Maranhão (1821-1925)*. Rio de Janeiro: DASP, 1959.

MARQUES, César Augusto. História da imprensa do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 41 (57), 1878, p.219-225, parte 1.

_____. História da imprensa do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 51 (76), 1888, p. 167-220, parte 2.

MEIRELES, Mário Martins. *História da independência no Maranhão*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. *Produtos de um lugar: a Independência no Maranhão* em Luís Antônio Vieira da Silva e Mário Meireles. Monografia defendida no curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2010.

MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2005, p. 617-636.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil (1808-1828)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

PEREIRA, Maria Esterlina Mello. *O processo de independência e integração do Maranhão*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1982.

_____. O reconhecimento da independência no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, edição comemorativa, 2001, p.30-34.

PIMENTA, João Paulo Garrido. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. *Revista de História Iberoamericana*, v.1, 2008, p. 76-132. Disponível em <http://revistahistoria.universia.cl/> . Acesso em 28 de setembro de 2009.

RAMOS, Clóvis. *Os primeiros jornais do Maranhão (1821-1830)*. Maranhão: SIOGE, 1986.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, v. 4.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003, p. 365-388.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1966) *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. (1916) História da Independência do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.173, 1938.

VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. (1862) *História da independência da província do Maranhão (1822-1828)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972 (Coleção São Luís, v. 4).

WEHLING, Arno. *A invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: UGF, Niterói: UFF, 1994.